

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

APRESENTAÇÃO

Em linha com as disposições do Art. 24 da Lei 13.303/2016 ("Lei das Estatais"), e do Art. 24 do Decreto 8.945/2016, e conforme previsto em seu Estatuto Social, a CAIXA Loterias S.A. ("CAIXA LOTERIAS" ou "Companhia"), subsidiária integral da Caixa Econômica Federal ("CAIXA" ou "Controladora"), compartilha o Comitê de Auditoria ("COAUD") com a Controladora. Durante o ano de 2024, o Comitê de Auditoria foi composto pelos senhores Edmundo Augusto Chamon, Leonardo Bordeaux Rêgo (até 1º/08/2024), Sílvia Marques de Brito e Silva, José Antônio Mendes Fernandes (empossado em 1º/11/2024) e Breno do Carmo Moreira Vieira, atual Presidente do Comitê. No que se refere à CAIXA LOTERIAS, o COAUD atua com autonomia e independência, sem funções executivas e sem poder decisório, reportando-se diretamente ao Conselho de Administração da Companhia a fim de assessorá-lo nas questões relacionadas à auditoria, integridade e controles internos e externos, por meio do monitoramento e da verificação da qualidade do processo de elaboração das demonstrações contábeis, da efetividade dos sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos e da independência das auditorias interna e independente.

RESPONSABILIDADES

A Administração da CAIXA LOTERIAS é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis, com base em processos e controles capazes de garantir sua qualidade e integridade. A Administração também é responsável por gerir os riscos, manter o sistema de controles internos efetivo e zelar pela conformidade das atividades em atendimento às normas legais e regulamentares, bem como atender às recomendações dos órgãos de supervisão, de auditoria e de controle. A BDO RCS Auditores Independentes é responsável pela auditoria das demonstrações contábeis, devendo opinar se elas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da instituição, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A Auditoria Interna, diretamente subordinada ao CA, inclui, entre seus trabalhos regulares, a verificação da qualidade e a aderência dos sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos e o cumprimento de políticas e normativos, inclusive aqueles com impacto na elaboração das demonstrações contábeis. A Auditoria interna atua como terceira linha de defesa. O controle interno e a função compliance atuam de forma continuada para monitoramento da efetividade dos controles internos, para a mitigação dos riscos relevantes e para avaliação do cumprimento das normas legais e regulamentares e das políticas e normativos internos, atuando como segunda linha de defesa. O assessoramento desempenhado pelo COAUD baseia-se, principalmente: (i) nas informações recebidas da Administração, em apresentações realizadas pelas unidades negociais e funcionais, em especial, pelas áreas responsáveis pela elaboração das demonstrações contábeis, gerenciamento de riscos, integridade, controles internos e conformidade; (ii) no resultado dos trabalhos dos auditores independentes e da auditoria interna; (iii) nas análises decorrentes da atuação direta de supervisão e monitoramento do Comitê.

ATIVIDADES DO PERÍODO

No exercício de suas atribuições e responsabilidades, previstas na legislação, no seu Regimento Interno e no Estatuto Social da Companhia, durante o exercício de 2024, o COAUD apreciou as Demonstrações Contábeis Intermediárias da Companhia referentes ao 1º, 2º e 3º trimestres de 2024 e manteve reuniões com a Administração da CAIXA LOTERIAS, auditorias interna e independente e áreas de negócios e de suporte, devidamente registradas em Atas.

Em vista da natureza de suas atividades, foram abordados assuntos de sua competência, com destaque para as Demonstrações Contábeis do exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, cujo trabalho de auditoria independente realizado pela BDO RCS Auditores Independentes, até a data da reunião, ocorreu sem a sinalização de ressalvas. No que se refere à completude e adequação das informações contábeis, não há fato que tenha chegado ao conhecimento do Comitê que possa sinalizar a existência ou evidência de ocorrência de fraudes ou inobservância de normas legais e regulamentares capazes de colocar em risco a continuidade da Companhia, assim como de divergências entre a auditoria independente e a administração da CAIXA LOTERIAS relacionadas às demonstrações contábeis. O COAUD também se dedicou a acompanhar a evolução da governança e do ambiente de controle interno, os temas referentes a compliance normativo, o atendimento das recomendações da auditoria interna e outros assuntos correlatos às atribuições do Comitê, inclusive os relacionados ao aumento de capital efetivado no exercício e às ações referentes ao plano de migração dos negócios da Controladora para a Companhia.

CONCLUSÕES

Ponderadas as limitações decorrentes do escopo de sua atuação e as responsabilidades abrangidas pelas suas competências, e considerando as atividades executadas no período examinado, descritas acima de forma sucinta, o Comitê de Auditoria concluiu que:

- I. o Sistema de Controles Internos e de gerenciamento de riscos da CAIXA Loterias S.A. encontra-se em fase de estruturação, o que representa oportunidade de aprimoramento e de ampliação do grau de maturidade;
- II. as atividades da BDO RCS Auditores Independentes foram executadas com independência e de forma compatível ao porte e complexidade operacional da Companhia;
- III. a Auditoria Interna, cuja estrutura é atualmente compartilhada com a Controladora nos termos do Acordo de Compartilhamento, é efetiva, atua com independência, objetividade e qualidade, dispondo de estrutura e orçamento suficientes para o desempenho de suas funções;
- IV. as Demonstrações Contábeis Anuais de 2024 foram elaboradas em conformidade com as normas legais e com as práticas contábeis adotadas no Brasil e refletem, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira da Companhia naquela data.

Neste contexto, após procederem ao exame e à análise das Demonstrações Contábeis Anuais de 2024 e da apresentação e dos esclarecimentos prestados pelos Auditores Independentes, os membros do Comitê de Auditoria recomendam a sua aprovação pelo órgão societário competente da CAIXA LOTERIAS.

Brasília, 28 de fevereiro de 2025.

JOSÉ ANTÔNIO MENDES FERNANDES

SÍLVIA MARQUES DE BRITO E SILVA

BRENO DO CARMO MOREIRA VIEIRA
Presidente, em exercício

ORÇAMENTO

13º de aposentado mais cedo

Em busca de dar boas notícias, Lula anunciou, em cerimônia, a antecipação do 13º salário pago pelo INSS para abril e maio

» FERNANDA STRICKLAND

O governo federal anunciou, ontem, a antecipação do pagamento da primeira parcela do 13º salário de aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Tradicionalmente pago no segundo semestre, o valor será depositado entre abril e maio deste ano. A medida foi confirmada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante o evento “O Brasil Dando a Volta por Cima”, em Brasília, no qual fez um balanço dos dois primeiros anos de seu terceiro mandato. A decisão já era aguardada. Na semana passada, o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, havia informado da possibilidade de implementação da medida. De acordo com a legislação vigente, a primeira parcela do 13º salário dos beneficiários do INSS deve ser paga até o fim de novembro, enquanto a segunda parcela precisa ser quitada até o dia 20 de dezembro. Com a antecipação, os primeiros a receber serão aqueles que ganham até um salário mínimo. Os

beneficiários que recebem valores superiores serão contemplados posteriormente. A primeira parcela será paga em abril e a segunda, em maio. A folha do INSS começa a rodar na segunda semana de cada mês. O pagamento do benefício sempre começa no dia 25 para quem ganha até um salário mínimo. Acima disso, o crédito é feito nos cinco primeiros dias úteis de cada mês. Um dos argumentos para a antecipação é que a medida não tem impacto fiscal, altera apenas o fluxo de pagamentos no exercício. Tradicionalmente, o 13º é pago no segundo semestre de cada ano, em agosto e novembro. Têm direito ao abono os segurados e dependentes da Previdência Social que durante o ano de 2024 tenham recebido aposentadoria, auxílio por incapacidade temporária, auxílio-acidente, pensão por morte ou auxílio-reclusão.

Impacto

A medida beneficia cerca de 35 milhões de brasileiros e pode ter um impacto positivo na economia, uma vez que injeta recursos extras no mercado antes

Ricardo Stuckert / PR



Lula fez o anúncio durante a cerimônia O Brasil dando a volta por cima, na qual fez um balanço das suas ações

do previsto. O pagamento antecipado do 13º de aposentados tem sido uma estratégia adotada nos últimos anos por diferentes

gestões para estimular o consumo e aliviar dificuldades financeiras da população idosa. Segundo o economista Otto

Nogami, professor do Instituto de Ensino e Pesquisa (Insper), a decisão do governo de antecipar o pagamento do 13º salário

para aposentados e pensionistas do INSS traz diversos impactos para a economia. “A injeção de aproximadamente R\$ 70 bilhões na economia, beneficiando cerca de 35 milhões de pessoas, pode aumentar o consumo de bens e serviços, impulsionando setores como comércio e serviços”, explicou. “Com o adiantamento, beneficiários podem gastar o recurso antecipadamente, resultando em falta de reservas financeiras no fim do ano, período em que, tradicionalmente, ocorre o pagamento do 13º. A antecipação representa um desembolso significativo em curto prazo, podendo impactar o equilíbrio fiscal do governo e limitar sua capacidade de investimento em outras áreas”, completou Nogami. O professor do Insper, explicou que embora a medida possa oferecer um impulso imediato à economia e beneficiar os aposentados e pensionistas, é essencial que, tanto os beneficiários quanto o governo, planejem cuidadosamente o uso desses recursos para evitar dificuldades financeiras nos meses subsequentes.

Arthur Lira vai relatar PL do IR

» ISRAEL MEDEIROS
» RAFAELA GONÇALVES

O projeto de isenção do Imposto de Renda para quem tem renda de até R\$ 5 mil já tem um relator na Câmara: será o ex-presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL). O anúncio foi feito pelo presidente Hugo Motta (Republicanos-PB), que também confirmou o deputado Rubens Pereira Júnior (PT-MA) na presidência da Comissão Especial que vai analisar o texto na Câmara. “Vamos trabalhar de modo republicano e colaborativo, dialogando com nossos pares na Câmara, com o governo, com a sociedade e com representantes de segmentos econômicos, uma vez que o tema é plural e envolve setores diversos. Meu histórico de defesa da Reforma Tributária mostra a seriedade com a qual abordamos o tema da arrecadação de impostos no Brasil”, disse Lira, em nota. Segundo o ex-presidente, o objetivo de seu trabalho na relatoria será melhorar a legislação com foco na “justiça fiscal e equilíbrio das contas públicas”. O deputado disse, ainda, que vai ouvir outros partidos, inclusive o PP — partido

ao qual é filiado e que apresentou uma proposta alternativa ontem — para construir um relatório “consistente e preciso”. É praxe no Congresso que ex-presidentes da Câmara e do Senado relatem propostas com grande apelo popular. Com Lira, que ficou à sombra de Motta desde a eleição de seu sucessor, não será diferente. O assunto tem grande apoio no Legislativo, já que os parlamentares entendem que poderão colher frutos políticos da isenção do IR. “Nós, ao recebermos essa proposta do governo federal, deixamos claro que o Congresso iria buscar aprimorar a ideia, também garantindo que nenhum retrocesso aconteça acerca daquilo que é o cerne principal da proposta, que é a isenção para quem ganha até 5 mil reais”, disse Motta, que afirmou não ter dúvidas do bom trabalho de Lira na relatoria do projeto. Para o governo Lula, por outro lado, a importância do projeto é ainda maior. Com os índices de popularidade em queda desde o ano passado, especialmente depois da crise das fake news envolvendo o Pix e com a alta inflação dos alimentos, o texto é

uma aposta do Planalto pensando em 2026. A escolha de Lira para relatar o projeto foi elogiada pelo líder do PT na Câmara, Lindbergh Farias (PT-RJ). Para ele, isso indica que o tema terá a devida atenção na Casa Baixa. “Eu encaro como muito positiva a indicação do presidente Arthur Lira. Se tem uma coisa que a gente se preocupava desde o começo, era em mostrar que a prioridade número um do governo, nossa, era a aprovação desse projeto, que vai beneficiar dezenas de milhões de brasileiros”, disse Lindbergh. “Uma coisa que a gente não queria era que o projeto ficasse de lado, não tivesse a importância devida ou que demorasse muito. Ao colocar Arthur Lira como relator e Rubens Júnior (PT-MA) como presidente (da comissão especial), a gente sabe que está sendo encarado por esta Casa como uma questão central”, completou o petista.

Texto alternativo

O presidente nacional do PP, senador Ciro Nogueira (PI), reuniu-se, ontem, com o presidente da Câmara para apresentar uma

Mário Agra/Câmara dos Deputados



O presidente Hugo Motta convidou o ex, Lira, para relatar a proposta que isenta quem ganha até R\$ 5 mil

da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios em casos de perda de arrecadação. Outro ponto modificado é de que as isenções tributárias concedidas pela União sejam reduzidas de forma linear para compensar as novas faixas isentas. Como na redução no pagamento de IR para rádio e TV em função de veiculação de programas eleitorais. “Eu tenho certeza que preserva a vontade do governo, que é legítima, isentar todas as pessoas. Mas nós, com essa medida, achamos a melhor alternativa para que o Congresso se debruce nessa discussão e que possa levar um projeto ainda melhor para a sociedade”, destacou o senador. O projeto do Executivo, que começou sua tramitação pela Câmara, foi enviado em março. Na ocasião, Lula, o vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB), o ministro Fernando Haddad (Fazenda) e a ministra de Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, entregaram o texto nas mãos de Hugo Motta. O Planalto também fez um evento de anúncio da medida que contou tanto com Motta quanto com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP).